

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

FILOSOFIA

12.º ANO

Programa

ABRIL 1995

ÍNDICE

| | | |
|--------|--|----|
| 1. | Pressupostos curriculares | 5 |
| 2. | Estatuto e finalidade | 6 |
| 3. | Opções programáticas | 7 |
| 3.1. | Objectivo global e critério | 7 |
| 3.2. | A importância do discurso escrito | 7 |
| 3.3. | O primado da língua materna | 8 |
| 3.4. | As opções já experimentadas | 9 |
| 4. | Princípios programáticos | 10 |
| 4.1. | O primado da obra | 10 |
| 4.2. | Dupla função da obra filosófica | 11 |
| 4.3. | Obrigatoriedade da utilização de três obras de épocas diferentes | 12 |
| 4.4. | Critérios para a selecção das obras | 12 |
| 4.5. | Leitura integral | 13 |
| 4.5.1. | A essência do método proposto | 13 |
| 4.5.2. | Reciprocidade do ler e do escrever | 13 |
| 4.5.3. | O comentário | 15 |
| 4.5.4. | O juízo crítico sobre cada uma das obras-texto | 15 |
| 4.5.5. | Participação activa do aluno | 16 |
| 4.5.6. | Avaliação do aluno | 16 |
| 5. | Fichas das obras seleccionadas | 17 |
| 5.1. | Elenco das obras seleccionadas | 17 |
| 5.2. | Fichas de leitura | 18 |
| 6. | Organização lectiva | 37 |
| 6.1. | Utilização das obras-texto | 37 |
| 6.2. | Planificação | 37 |
| 6.3. | Bibliografia | 38 |

PROGRAMA

1. PRESSUPOSTOS CURRICULARES

A disciplina de Filosofia, no quadro da Reforma Curricular, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, é uma das disciplinas que integram a **componente de formação específica** do 12.º ano, na qual se podem matricular os alunos que nos 10.º e 11.º anos hajam cumprido a frequência da disciplina de **Introdução à Filosofia**.

Esta situação implica o imperativo, ao mesmo tempo legal e didáctico, de imprimir à disciplina de Filosofia uma ordenação programática e metodológica que se articule verticalmente com o programa e os métodos de **Introdução à Filosofia** e tenha como finalidade a prossecução dos objectivos definidos pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro — **Lei de Bases do Sistema Educativo** — LBSE —, no art.º 9.º, para o ensino secundário.

O Decreto-Lei da Reforma Curricular, ao estatuir a **Introdução à Filosofia** como a segunda componente de formação geral, a seguir ao Português, reconhece a especificidade e a importância do contributo educacional que as disciplinas filosóficas devem prestar na obtenção das capacidades e competências que a LBSE formula nos objectivos. Este reconhecimento é o primeiro princípio a ter em consideração na elaboração dos programas e em todas as actuações conducentes à sua proficiente execução.

E manifesta a adequação a esta exigência, alcançada pela ordenação temática e metodológica do actual programa de Introdução à Filosofia. Ao entender a posição curricular, atribuída a esta disciplina, como lugar de encontro de saberes e de experiências, como espaço privilegiado de possibilidades para a emergência da reflexão crítica e para o alargamento dos quadros conceptuais (pág. 6); ao fazer uma articulação temática configurativa do horizonte de problematização das disciplinas filosóficas, optando por uma preferência, não exclusiva, da perspectiva da contemporaneidade na formulação e tratamento dos temas (pág. 7 e 10); ao valorizar o pólo de aprendizagem no processo de ensino, motivando o aluno a tornar-se o agente dinâmico da própria aprendizagem, solicitando-lhe a iniciativa mediante a apresentação de núcleos problemáticos, mais do que pelo desdobramento expositivo de conteúdos e propondo-lhe o caminho de elaboração discursiva que vai gradualmente do vivido ao pensado, partindo do mais próximo e vivencial para níveis de complexificação crescente (págs. 10 e 29), — ao estabelecer estes procedimentos metodológicos, o programa traça uma estratégia pedagógico-didáctica que, a ser compreendida e executada, não só conduzirá o aluno à aquisição das capacidades e competências, resultantes da aprendizagem própria da **Introdução à Filosofia**, mas dará também a esta disciplina a virtualidade de funcionar como factor de ligação interdisciplinar e de unificação da estruturação mental dos diferentes processos de aprendizagem dos diversos saberes.

Todos estes procedimentos pedagógico-didácticos, referidos à organização temática das **unidades programáticas** da tematização lectiva, possibilitam e prefiguram as capacidades de intuição e de concepção e as competências de interpretação e de elaboração discursiva, como aquisições através do ensino e da aprendizagem.

Com efeito, ao terminar o período de iniciação à filosofia com aproveitamento escolar, o aluno possuirá a capacidade de a conceber como um domínio de saber organizado que participa, com os outros saberes, na construção e ordenação da cultura e da sociedade. Terá mesmo adquirido a percepção da diferença cognoscitiva que a distingue dos outros saberes e da função que lhe é própria naquela tarefa comum.

Conhecerá alguns dos principais problemas que emergindo nos diversos sectores da existência humana, como a moral, a política, a ciência, a tecnologia, a arte, a religião, a saúde e o ambiente, interpelam e motivam a reflexão filosófica. Possuirá, assim, as diferentes perspectivas das ciências filosóficas e poderá divisar o percurso e a importância da filosofia na história. Haverá adquirido a capacidade de reflexão analítica sobre o discurso, ou seja, da percepção explícita das estruturas e operações lógicas. Em consequência desta capacidade, obtida mediante exercícios de texto, possuirá uma maior ou menor competência de elaboração discursiva, correspondente ao nível do seu aproveitamento escolar.

Nesta mesma proporção e na dependência da intensidade da sua propensão para o estudo da filosofia, o aluno ter-se-á apercebido, através da sua própria experiência, daquele jeito de pensar característico do saber filosófico.

Estes conhecimentos, capacidades e competências formam o contributo específico da disciplina de Introdução à Filosofia, integrado com os das outras disciplinas, para a formação geral do aluno e constituem, também, preparação para o aluno prosseguir os estudos filosóficos.

Destarte, a disciplina de **Introdução à Filosofia**, no seu estatuto **integrante da componente de formação geral**, ao mesmo tempo que desempenha funções horizontais, de integração interdisciplinar, em relação às outras componentes curriculares de 10.º e 11.º anos **articula-se verticalmente com a Filosofia do 12.º ano**.

O ensino de Filosofia, portanto, terá que tomar em consideração, como pressupostos, quer o programa e os procedimentos pedagógico-didáticos da **Introdução à Filosofia**, quer os conhecimentos, as capacidades e as competências com que o aluno acede à nova aprendizagem.

2. ESTATUTO E FINALIDADE

Como ficou dito, a disciplina de Filosofia integra a componente de formação específica do ano terminal de um curso do ensino secundário. Em conjunto com as disciplinas da componente de formação geral e mais 3 a 5 disciplinas de formação específica à escolha, a Filosofia pode entrar na composição do plano curricular de **cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos**. Por consequência, a escolha de Filosofia, como componente curricular, não significa opção de prosseguimento de estudos nessa mesma área. Ela pode entrar na composição curricular com qualquer cubra disciplina escolhida como área para continuação de estudos. Em geral, a afinidade dos saberes tem sido a motivação da escolha de Filosofia para a composição curricular dos cursos que darão prosseguimento de estudos em cubras áreas, como o caso de Direito, História e Estudos Literários. No entanto, a aptidão deste contributo curricular é notória, igualmente, para cubras áreas como Matemática, Psicologia, Ciências Físico-Químicas, Biologia, Sociologia, História da Arte.

Todavia, é evidente que a área de continuação de estudos, para a qual a disciplina de Filosofia dá a formação específica é a própria filosofia.

Por conseguinte o aluno, que no ensino secundário escolheu Filosofia já como área para continuação de estudos, constitui o caso paradigmático em relação ao qual se há-de ordenar programa e a metodologia. Da sua adequação e eficácia resultará, também, a idoneidade da acção for nativa da disciplina de Filosofia nos planos curriculares das outras opções.

3. OPÇÕES PROGRAMÁTICAS

3.1. Objectivo global e critério

A diferença qualitativa do ensino e aprendizagem de Filosofia, em relação aos de Introdução à Filosofia resulta, precisamente, da sua finalidade. Agora o que se pretende não é levar o aluno a conhecer e a amar a filosofia, mas sim a adquirir a competência específica do saber filosófico, ou seja, que ele comece já desde o começo da aprendizagem a fazer filosofia. Dito doutro modo: há que dar ao aluno as condições, as motivações e os meios aptos a fazer com que a sua aprendizagem seja a aquisição progressiva da cientificidade específica do discurso filosófico.

Este é o objectivo global do ensino e da aprendizagem desta disciplina: é para ele que se hão de ordenar o programa, os métodos didácticos e os procedimentos pedagógicos.

Por isso mesmo, a idoneidade e a eficiência, na prossecução deste objectivo, constituem o critério para a decisão nas opções programáticas.

3.2. A importância fundamental do discurso escrito

Com vista a clarificar a aplicação deste critério, convém considerar a importância da escrita na cientificação do discurso filosófico. A filosofia é um saber que se elabora em discurso através da interpretação dos discursos que expressam, arquivam, conservam e transmitem as experiências em cuja compreensão consiste o saber filosófico. Em termos de efectividade e validade científicas, somente no discurso a filosofia tem acesso ao seu objecto e somente através do discurso escrito o pode analisar, descrever e teorizar. Desta generalização do discurso, como mediação necessária da cientificidade do saber filosófico, resulta a consequência de que o ensino e a aprendizagem da Filosofia alcançam o sucesso quando o aluno demonstra, mediante a elaboração de um discurso filosófico dotado de cientificidade, que possui as competências constitutivas do saber filosófico. Aprender a filosofia é aprender não só a dialogar e a expressar-se oralmente, mas principalmente **a elaborar com cientificidade o discurso escrito**. E assim se indica, de imediato, o método mais apto para a avaliação das competências adquiridas.

Do mesmo pressuposto se conclui, necessariamente também, que os procedimentos didácticos do ensino e da aprendizagem de Filosofia hão-de ser ou interpretativos, ou reprodutivos ou inventivamente elaborativos do discurso escrito. Todavia, esta fundamentalidade atribuída à escrita, em ordem à cientificidade do discurso filosófico, não se opõe à importância das funções de comunicação da fala e das várias formas do discurso oral na prática do ensino-aprendizagem de Filosofia.

Deve-se mesmo sublinhar a indispensabilidade pedagógica e didáctica da mútua ordenação da fala e da escrita, através da oportuna e adequada utilização quer dos desenvolvimentos clássicos da retórica, da lição e do diálogo, quer dos desenvolvimentos mais recentes da nova retórica e da argumentação.

3.3. O primado da língua materna

A LBSE, como um dos seus princípios de desenvolvimento curricular, dá ao Português o estatuto de componente de formação geral a todos os níveis e cursos do ensino básico e secundário, sem esquecer a verdade de que todas as disciplinas possuem a sua linguagem e processos argumentativos próprios, cuja aprendizagem não só depende da do português mas também contribui para ela.

Assim, estabelece que o próprio ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português (Art.º 47.º, 7). O Decreto-Lei da Reforma Curricular reafirma este imperativo (Art.º 9.º, 3).

A Filosofia, pelo menos tanto como os Estudos Literários, tem uma particular obrigação de prestar aquele contributo sistemático, por exigência do nível científico dos processos hermenêuticos, lógicos, argumentativos e críticos que integram a elaboração do discurso filosófico. Como parte essencial do seu ensino-aprendizagem, a leccionação da Introdução à Filosofia, de acordo com o respectivo programa, empenha-se no desenvolvimento das capacidades de compreensão e de produção de enunciados orais e escritos de conteúdos relacionados com a filosofia, de modo a conduzir o aluno à percepção da especificidade e da dimensão existencial e histórica do saber filosófico e à aquisição do vocabulário e assimilação das conceptualidades que o motivam e tornam apto para a aprendizagem da Filosofia do 12.º ano. Não é só um contributo para a aprendizagem do português, mas é, igualmente a indução de uma competência imprescindível para o sucesso escolar na continuação dos estudos.

No que respeita à Filosofia, como componente de formação específica, as competências linguísticas assumem a importância correspondente ao nível da cientificidade que lhe é própria. A capacidade compreensiva a induzir é a hermenêutica filosófica, pelo que a competência da expressão oral fica subordinada à elaboração escrita do discurso filosófico.

Esta orientação didáctica deverá, também, ter a intenção de promover a elaboração e a fixação da terminologia filosófica da língua portuguesa.

Saber, com cientificidade filosófica, interpretar e escrever em português o texto filosófico é o produto específico do ensino-aprendizagem da Filosofia no 12.º ano. É o produto essencial, Constitutivo do sucesso escolar.

3.4. As opções já experimentadas

No sistema de ensino, que vigorava ainda em 1974, a Filosofia pertencia aos planos curriculares dos 6.º e 7.º anos. Segundo o programa, no 6.º ano a única disciplina prescrita era Psicologia com o carácter de introdução à filosofia; no 7.º ano, a disciplina de Filosofia incluía, como partes, Lógica, Teoria do Conhecimento, Moral e Metafísica. O texto didáctico era o compêndio sistemático, ou o manual, organizado em conformidade com a divisão tradicional da filosofia. O compêndio adaptava ao ensino secundário o modelo universitário dos tratados especializados, resumindo as respectivas matérias.

Tal ensino ordenava-se para a compreensão sistemática da filosofia como objectivo final, potencializando a argumentação, a terminologia especializada e o conhecimento memorizado das doutrinas e dos filósofos. A evidente insuficiência do tempo lectivo atribuído às disciplinas filosóficas, a ênfase posta no ensino da Psicologia como ciência experimental e ao mesmo tempo introdutória à Filosofia, bem como o excessivo recurso à memorização eram factores limitativos da eficácia do método. No entanto, este longo período ficou marcado pela competência de mestres que elaboraram excelentes manuais, realizaram obra filosófica erudita, por vezes inovadora, e fomentaram vocações para a filosofia superando o carácter abstracto da excessiva síntese sistemática e a imaturidade etária da generalidade dos alunos.

Em 1975/76, mantendo-se o mesmo plano curricular, procedeu-se a alterações no programa tendo em vista a inovação metodológica subordinada a novos objectivos

didácticos. que preconizavam uma perspectivação mais vivencial e uma didáctica mais participativa.

É retirada a Lógica Formal, imprime-se a tónica epistemológica e é postulado a dominância dos seguintes temas: o conhecimento e o ser e o homem e os seus valores. É proposta uma lista de autores a partir dos quais, em número de 4, devia ser desenvolvido o ensino da Filosofia; são abandonados os compêndios e o próprio Ministério da Educação publica antologias.

A reforma do sistema educativo de 1979, organizando o ensino secundário em dois cursos — o unificado (7.º, 8.º e 9.º anos) e o complementar (10.º e 11.º anos) — colocou no segundo curso a Filosofia. A Psicologia passou a disciplina autónoma e a Filosofia integrou, como componente de formação geral, os planos curriculares dos 10.º e 11.º anos. O programa subordinou o desenvolvimento temático ao tema dominante — a dialéctica da acção (10.º ano) e do conhecimento (11.º ano).

No ano lectivo de 1979/80 é lançado o Ano Propedêutico, para os alunos que tendo feito o curso complementar pretendiam ingressar no ensino superior. Primeiramente organizado como ensino à distancia, deu origem à criação do 12.º ano do ensino secundário, o qual através do ensino presencial manteve a função propedêutica. A sua organização incluía 5 cursos, cujos planos curriculares se compunham sobre uma disciplina-base. Filosofia era a disciplina-base do 3.º curso e entrava na composição curricular daqueles que davam acesso aos cursos superiores das áreas de Letras, Direito, Educação.

O programa inicial do 12.º ano (Junho de 1980) surgiu como sequência terminal dos dois anteriores. completando e alargando a exposição informativa: mas a sua intenção dominante foi introduzir o aluno nas temáticas que o conduzissem à compreensão da génese das grandes problemáticas actuais da filosofia. Só neste sentido se manteve a perspectivação histórica subordinada à consideração epistemológica que organiza e enquadra o programa dos 10.º e 11.º anos (Despacho do SEEBS, de 25/07/79). Os momentos decisivos desta evolução, designados por "revoluções" constituíram, assim, as grandes temáticas do programa, dando continuidade e aperfeiçoamento aos objectivos e ao método dos primeiros anos, partindo do concreto e vivido para o abstracto e pensado. Surgiram de novo manuais que aliaram, por vezes com notável mestria, a exposição temática ao apoio textual das antologias.

Numerosas circulares transmitiram aos docentes as orientações pedagógico-didácticas elaboradas pelo Gabinete de Filosofia da DGEBS, no sentido da prossecução de um conjunto coerente e harmonioso de matérias programáticas e de objectivos, inicialmente postulado, e de conciliação, didacticamente eficaz, da dimensão temática com a brevidade do tempo lectivo. Os objectivos desta experiência de 13 anos, consagrados na LBSE, as orientações metodológicas e os procedimentos pedagógicos e didácticos que motivaram, nomeadamente a tendência para a prática da leitura integral, apontavam na direcção da procura da solução, que o presente programa pretende fundamentar e estruturar, do problema metodológico de base.

A LBSE e a Reforma Curricular de 1990/91, integrando o 12.º ano no ensino secundário como ano terminal, definindo um desenvolvimento curricular com uma fase de Introdução à Filosofia (10.º e 11.º anos) e outra de ensino específico de Filosofia, criaram novas condições e oferecem uma nova oportunidade para alcançar este desideratum.

4. PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS

4.1. O primado da obra

Dispondo-se de um ano lectivo somente e consubstanciando-se o saber, que o aluno há-de aprender, nas capacidades e competências que lhe dão o poder de elaborar com cientificidade o discurso filosófico, a utilização da obra filosófica como texto de base a ler, interpretar e a comentar, apresenta-se como alternativa possível. Trata-se de um ensino-aprendizagem processado através da leitura integral da obra filosófica, mediante a interpretação e o comentário.

Este ensino não partirá da formulação temática para a obra a fim de nesta encontrar a compreensão daquela; nem dos autores para as obras e destas para a formulação temática; mas deverá tomar a própria obra como ponto de partida e o seu entendimento como termo de chegada.

Com efeito, sendo a obra o texto organizado numa totalidade discursiva, na qual o saber filosófico se consoma e concretiza, entendê-la neste dinamismo discursivo, que a estrutura e lhe dá sentido, outra coisa não é senão ter a experiência interpretativa da experiência discursiva que a elaborou. A obra filosófica constitui, assim, o modelo, dotado de vida permanente, das capacidades e competências, para cuja aquisição o ensino-aprendizagem de Filosofia há-de conduzir o aluno.

4.2. Dupla função da obra filosófica

Nesta opção programática a utilização didáctica da obra filosófica ordena-se para uma dupla finalidade.

Em primeiro lugar, o processo interpretativo atenderá ao dinamismo dialéctica e à formulação linguística do discurso, com a finalidade de levar o aluno à compreensão da obra como modelo discursivo. Todas as actuações didácticas, que preenchem este processo analítico, não-de ir encaminhadas para aquisição, por parte do aluno, da competência de elaborar o discurso filosófico mediante a escrita.

Em segundo lugar, este primeiro objectivo não se alcançará nunca se o aluno não for simultaneamente instruído nos processos, problemas e doutrinas filosóficos que alimentam o seu discurso e lhe dêem a capacidade de situá-lo nos domínios da filosofia. De outro modo não entenderia nem elaboraria nenhum discurso filosófico.

A própria natureza do ensino exige que também esta segunda finalidade seja objecto de programação e de projecto didáctico. Já a selecção das obras, apresentadas em 5.1., tomou em consideração o contributo que delas o ensino-aprendizagem há-de auferir para a informação e formação do aluno nos temas, problemas, teorias e doutrinas, constitutivos dos domínios do saber filosófico.

Por esta razão a ficha, que as apresenta, caracteriza cada uma mediante a formulação do horizonte temático, dentro de cujo âmbito o discurso da obra se desenvolve, e mediante os vectores que indicam as diversas áreas e questões para onde a interpretação e a exploração temáticas se podem drogar.

A preferência, não exclusiva, de obras da contemporaneidade obedeceu a dois princípios programáticos: um da Introdução à Filosofia, segundo o qual a articulação dos temas se faz de modo a permitir um tratamento temático à luz da contemporaneidade (pág.

7); o outro deste programa segundo o qual o ensino de Filosofia aproveitará as capacidades e as competências que os alunos adquiriram através da aprendizagem naquela disciplina.

Na verdade, o ensino-aprendizagem de Filosofia, embora se oriente, directa e especialmente para a cientificidade do discurso filosófico, não deve restringir a perspectiva de universalidade, impressa no horizonte das unidades temáticas do programa de Introdução à Filosofia. No entanto, a idoneidade e a eficácia do presente programa requerem que tanto a informação temática como a abertura à universalidade se processem através da obra filosófica.

Em si mesma, por virtude da natureza do seu discurso filosófico, a obra possui uma potencialidade de informação temática e de abertura à universalidade do saber filosófico, a qual ultrapassa os limites formais do seu texto. Com efeito, a obra situa-se na plúrima contextualidade do conjunto das obras do seu autor e das obras tanto da sua como de outras épocas que nela se Coletem ou dela apresentam reflexos, mediante múltiplas formas de transmissão discursiva. A interpretação hermenêutica explorará as dimensões relacionais de tais contextualidades, ao mesmo tempo que coopera com a análise dialéctica na revelação da estrutura lógica, linguística e argumentativa da escrita do discurso filosófico.

São duas faces do mesmo processo interpretativo.

4.3. Obrigatoriedade da utilização de três obras de épocas diferentes

Em relação a ambas aquelas faces, sob o ponto de vista da natureza pedagógica e didáctica do ensino secundário em geral, e em particular da relação de continuidade e complementaridade, de ampliação, aprofundamento e maturação de conhecimentos e de mentalidade, entre Filosofia e Introdução à Filosofia, o uso exclusivo de uma só obra durante todo o ano lectivo levantaria enormes obstáculos à obtenção dos objectivos propostos. Por força da ligação directa a uma temática restrita e a uma contextualidade epocal, restritivas na mesma medida em que são caracterizantes, uma obra só, para o inteiro ensino de Filosofia no 12.º ano, inevitavelmente lhe restringiria tanto a informação temática, como a abertura à universalidade do horizonte filosófico.

A consideração de tais inconvenientes conduziu à elaboração de uma lista de 22 (vinte e duas) obras e ao estabelecimento da obrigatoriedade de serem utilizadas três delas, pertencentes a épocas diferentes, como texto de Filosofia do 12.º ano.

A escolha das três obras é da competência do professor ou do grupo disciplinar.

4.3. Critérios para a selecção das obras

Há que distinguir entre a selecção das 22 obras e a escolha que a partir destas se fará das 3 que obrigatoriamente constituirão o texto a utilizar.

Dos critérios da primeira selecção, alguns são extrínsecos, outros intrínsecos às próprias obras, mas todos são determinados por objectivos ou por princípios do programa.

Em virtude da fundamentalidade da língua materna, estabelecida pela LBSE como princípio da organização do ensino, segundo formulamos em 3.3., só devem ser seleccionadas obras escritas em língua portuguesa ou para ela traduzidas. Assim, de 22 seleccionadas só duas são de língua portuguesa; as outras são traduzidas. Este critério linguístico, em conjunto com a carência de traduções de obras utilizáveis, transforma-se num factor fortemente limitativo do número de opções.

Outro critério extrínseco é o do volume, adequado a tornar as três obras passíveis de leitura integral, em conformidade com os princípios programáticos. A aplicação deste critério é, também, limitativa dos graus de liberdade da escolha.

Os critérios intrínsecos, que decidiram a selecção, reduzem-se à adequação da obra aos objectivos e princípios do programa. Tal adequação é inerente à densa, profunda e criativa experiência filosófica contida na totalidade discursiva da obra.

Será, por essa íntima grandeza, uma obra significativa pelo seu papel no conjunto das obras do seu autor e, por isso mesmo, na História da Filosofia. As obras, possuidoras de tal valor e significado, são caracterizantes e representativas das suas épocas e portadoras de uma vitalidade filosófica ainda hoje actuante.

Quanto à escolha das três obras, que formam o texto, ela encontra-se limitada apenas por duas condições. A primeira é que hão-de ser escolhidas de entre as obras seleccionadas; a outra é que devem pertencer a épocas diferentes. Compete ao professor, ou ao grupo disciplinar, decidir em conformidade com os seus próprios critérios

4.5. Leitura integral

4.5.1. A essência do método proposto

Leitura integral, dando a estas duas palavras o seu sentido pleno, exprime a totalidade do processo interpretativo da obra filosófica. Integral, na verdade, não designa apenas o objecto lido — ler a obra inteira; mas qualifica o próprio acto de ler — ler totalmente, ler tudo quanto há para ser lido.

O grego utilizou o significado corpóreo de *legein* — pôr, juntar, colher — para metaforicamente expressar o acto de falar e, a partir deste, formou *logos*. O latim serviu-se do mesmo étimo — *legere* — como termo agrícola — *legere olivas, colher azeitonas* — para exprimir o acto de ler e, a partir deste, formou *intuslegere* e, deste, derivou *intelligere* e *intelligentia* — inteligência.

Legere, ler em plenitude, é intelligere, ler dentro até ao mais íntimo do texto, é penetrar integralmente no seu sentido.

A leitura, segundo a propriedade da sua acepção metafórica, é assim a hermenêutica do discurso escrito. Ou, ficando na genuinidade semântica da latinidade: é a inteligência do que se escreveu. Lê-se o que está escrito; ouve-se o que é dito.

Leitura integral da obra filosófica denomina, portanto, a integridade operacional e processual do método que o programa propõe.

4.5.2. Reciprocidade do ler e do escrever

Convém, desde o começo, entender bem a importância, fundamental para a eficácia do método, que há na relação vigente entre ler e escrever. E esta relação tem que ver directamente com a aprendizagem da elaboração escrita do discurso filosófico. Ler é a única via de acesso ao escrever. E aqui não se trata da aprendizagem por leituras sucessivas, mesmo ordenadas pedagogicamente e que se hão-de tornar no hábito de leitura que todo o estudante do ensino secundário deve adquirir. Através delas aprende-se a escrever, como quem aprende a andar vendo e imitando os outros que andam. Na aplicação do método proposto, a leitura, ordenada para a aprendizagem da escrita filosófica, consiste na reflexão analítica e crítica sobre o discurso da obra filosófica, para nela detectar as categorias básicas da linguagem escrita e ver como a partir delas o discurso se tece, se configura e

ganha sentido. Já de si sós, esta reflexão exercida sobre a linguagem escrita em geral, é indispensável

para a elaboração do discurso filosófico. Tratando-se, porém, da aprendizagem e do aperfeiçoamento da escrita filosófica, o aluno há-de ser conduzido para o nível de reflexão crítica donde possa ele mesmo problematizar a sua própria escrita.

A fim de lá chegar percorrerá, metodicamente, o longo caminho da leitura integral da obra que serve de texto. Guiado pelo professor e pelas descobertas do seu próprio esforço interpretativo, o aluno lerá ordenadamente toda a obra procurando o conhecimento geral do seu conteúdo temático e a identificação do tema central. Atenderá às partes em que tematicamente a obra se divide e as quais geralmente correspondem aos capítulos, ao prefácio ou outro tipo de introdução, à conclusão e algumas notas de maior extensão e interesse explicativo. Irá notando e anotando expressões nominais e verbais, que são assumidas numa acepção diferente do significado próprio do seu uso corrente. Descobrirá que estas expressões caracterizam de novidade a linguagem, que por vezes são neologismos e que o seu emprego tem por finalidade expandir as potencialidades expressivas da língua a fim de revelar e dar o nome a faces e recessos da experiência humana, ainda não explorados.

Tratando-se de obras traduzidas, o aluno ficará, por vezes, enredado na malha confusa das incorrespondências semânticas. Com o auxílio do professor ele terá acesso ao processo metafórico, que gera a novidade expressiva, a fim de por ela atingir o sentido do original. Observará que estes núcleos de expressividade criativa exercem funções de categorias discursivas, construindo a argumentação e configurando hipóteses, teorias, mundividências. Notará que outras expressões nominais e verbais de sentido e uso correntes continuam, lado a lado com aquelas, a exercer idênticas funções. E em certos momentos aperceber-se-á de que o sentido corrente se altera ajustando-se ao sentido inovador.

Estas observações introduzirão o aluno na argumentação da obra. É agora o momento de aplicar e desenvolver os conhecimentos e as capacidades adquiridos pela iniciação na lógica, nas novas retóricas e na argumentação que lhe foi dada no 11º ano da Introdução à Filosofia. Tal desenvolvimento se há-de fazer, sobretudo, através da interpretação e análise da própria obra-texto.

Através deste processo analítico, em simultâneo e em cooperação com ele, se veio fazendo a interpretação do pensamento de que a obra é a construção discursiva, focando os seus diversos aspectos, apreciando o seu impacto na existência e na história, numa perspectiva de compreensão e de problematização, relacionando-o com o de outras obras do mesmo autor e confrontando-o com as dos outros autores da mesma ou de outras épocas.

Destarte se veio adquirindo a visão unitária e integrada da obra, e entendendo progressivamente o seu pensamento. Ao mesmo tempo o aluno terá vindo a descobrir as características e os segredos do seu discurso, e a imitar as suas maneiras de escrever nos frequentes trabalhos escritos, em que estas observações se registaram, ampliaram, precisaram e justificaram.

Todo este processo terá sido orientado e estimulado por técnicas apropriadas como levantamentos de vocabulário, questionários adequados, etc., todos eles da livre e criativa invenção ou escolha do professor.

4.5.3. O comentário

Através das actividades, apontadas em 4.5.2., nas quais predominam a interpretação filológica e as análises lógica e dialéctica, o aluno se veio preparando e motivando para a interpretação reprodutiva, que em geral ~ processa em forma de comentário. Talvez mesmo, por vezes, a ela se tenha dedicado ou por iniciativa sua ou por orientação do professor. O comentário assume, em geral, a forma do pequeno ensaio. Os temas a versar e a dimensão que hão-de ter devem-se enquadrar num plano didáctico orientado prioritariamente para a aquisição das competências de interpretação, problematização, teorização e elaboração escrita. Os temas deverão relacionar-se com a obra-texto e serão tratados segundo várias espécies do pequeno ensaio: exposição de uma passagem da obra; crítica a uma posição doutrinária e a uma argumentação; problematização de pressupostos ou de consequências de uma teoria ou doutrina; análise da linguagem ou da argumentação; resumos da obra Partes dela; desenvolvimento teórico ou prático de posições doutrinárias; estudos comparativos com outras obras do mesmo autor ou de outros; juízos valorativos das posições fundamentais e inovadoras; etc.

Será mediante os comentários que o aluno dará continuidade, aprofundamento e ultrapassagem de nível de reflexão e de cientificidade, em relação aos conhecimentos, capacidades e competências, adquiridos através do ensino e aprendizagem da Introdução à Filosofia no 10.º e 11.º anos.

É também pelo comentário que o aluno consolidará as capacidades de intuição, de concepção, de expressão linguística e de raciocínio, constitutivas da competência de elaborar com cientificidade o discurso filosófico, que o programa propõe como o objectivo final do ensino e aprendizagem da Filosofia no 12.º ano.

Importantíssima e decisiva será a acção do professor na orientação, na crítica e na correcção dos trabalhos escritos, suprimindo as lacunas de formação linguística, estilística e lógica.

4.5.4. O juízo crítico sobre cada uma das obras-texto

Aproximando-se o termo dos procedimentos interpretativos e analíticos, constitutivos da leitura integral da obra filosófica escolhida para texto escolar, o aluno ter-se-á já familiarizado com ela e adquirido uma visão do conjunto da sua estrutura, do seu discurso e do pensamento nele elaborado. Através daqueles processos o aluno terá alcançado a competência da leitura rigorosa de obras filosóficas de alto nível académico.

Destarte, o aluno dever-se-á encontrar apto a redigir um juízo, apreciação ou parecer, sobre a obra, a sua linguagem e argumentação, o seu pensamento, o seu valor filosófico e o seu significado no conjunto das obras do mesmo autor e na História da Filosofia.

Ao elaborar o seu juízo, o aluno não se limitará aos aspectos estruturais da obra, fechada sobre si mesma como totalidade discursiva. perfeita e acabada, na harmonia das suas partes e no brilho do seu pensamento. Como se veio manifestando, ao longo e por via da leitura integral, a

perfeição formal da obra filosófica, dotada de grandeza e profundidade de pensamento, funciona como reflector da luz de verdade que a obra projecta sobre as regiões da experiência por ela pensadas.

O aluno será levado, pelo método adoptado no ensino-aprendizagem de Filosofia do 12.º ano, a encontrar naquela valência de verdade, iluminadora da experiência humana, o fundamento último do seu juízo crítico sobre a obra-texto.

4.5.5. Participação activa do aluno

Dando continuidade às técnicas de participação activa do aluno, as quais caracterizaram o ensino-aprendizagem dos 10.º e 11.º anos, e tirando partido da prática adquirida, a própria natureza do método, que denominamos leitura integral da obra filosófica, e o curto espaço de um ano lectivo, para alcançar a competência discursiva ao nível da cientificidade própria da filosofia, exigem o recurso àquelas técnicas, adaptadas aos novos objectivos da Filosofia do 12.º ano.

Na verdade, somente por meio de tais procedimentos de participação pessoal é que será possível ao aluno alcançar, em tão pouco tempo, o mínimo de maturidade discursiva requerida pela cientificidade filosófica.

4.5.6. Avaliação do aluno

O método adoptado possibilita e exige a avaliação como um processo contínuo.

Em conformidade com o princípio programático da prioridade do discurso filosófico escrito, formulado em 3.2., será sobretudo através dos múltiplos trabalhos escritos, sugeridos e preconizados em 4.5.3., orientados, esclarecidos, apreciados e corrigidos mediante a lição, o diálogo e a conversação, que se torna possível uma avaliação objectiva dos níveis de competência alcançados pelo aluno na elaboração do discurso filosófico e do âmbito de conhecimentos respeitantes às obras-texto e em geral aos temas que a história da filosofia contém.

Na ordenação metodológica de tais trabalhos escritos, o juízo apreciativo sobre cada uma das obras-texto ocupa uma posição terminal. Para ele se hão-de ordenar os outros, como revelador do nível de compreensão e de elaboração discursiva, alcançado ao longo da leitura integral. Ser-lhe-ão exigidos uma maior dimensão e um tratamento mais aprofundado. Consequentemente, o peso, em que há-de ser tomado na avaliação, será também maior.

Como suporte documental para tal avaliação deve ser organizado o arquivo do aluno, no qual ordenadamente se guardem os trabalhos escritos e registem os pareceres e orientações do professor, não só sobre aqueles trabalhos, mas também sobre as participações activas do aluno em geral.

Cabe ao professor ou ao grupo disciplinar a determinação das formas concretas de como tal avaliação se há-de organizar, como processo clarificador da avaliação final.

5. FICHAS DAS OBRAS SELECIONADAS

5.1. Elenco das Obras

Época Antiga:

Da Natureza, de Parménides
Górgias, de Platão
Fédon, de Platão
Categorias, de Aristóteles

Época Medieval:

O Mestre, de S. Agostinho
Proslogion, de S. Anselmo
O Ser e a Essência, de S. Tomás de Aquino
Redução da Ciência à Teologia, de S. Boaventura

Época Moderna:

Princípios da Filosofia, de Descartes
Carta sobre a Tolerância, de John Locke
Discurso de Metafísica, de Leibniz
Fundamentação da Metafísica dos Costumes, de Kant

Época Contemporânea:

Introdução à História da Filosofia, de Hegel
As Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Séc. XIX, de Antero de Quental
Crise da Cultura Ocidental, de Husserl
A origem da Tragédia, de Nietzsche
Da Certeza, de L. Wittgenstein
Elogio da Filosofia, de Merleau Ponty
Os Problemas da Filosofia, de Bertrand Russell
A Problemática da Saudade, de Joaquim Carvalho
Da Essência da Verdade, de Heidegger
Teoria da Interpretação, de Paul Ricoeur

5.2. Fichas de leitura

I — DA NATUREZA, PARMÉNIDES

Die Fragmente der Vorsokratiker Herman Diels e Walther Kranz. Dublin, Zúriquo, Weidmann, 8.^a edição 1965
Tradução portuguesa de Maria Helena Rocha Pereira, em "Hélade: Antologia da Cultura Grega", Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1959, 103-113

II — Horizonte: Sobre o Ser

Vectores: As vias do conhecimento

- A relação Ser-Pensar-Dizer
- A especificidade do Ser parmenidiano ... articulação com as seguintes áreas temáticas nas suas interrelações: Ontologia, Lógica, Gnoseologia e Filosofia da linguagem.

III — Bibliografia:

Kirk, GS e Raven, JE. — Os Filósofos pré-socráticos, Gulbenkian, Lisboa, 1979

Trindade Santos, José — Antes de Sócrates, Introdução ao estudo dos filósofos gregos, Gradiva, Lisboa, 1985

Mourelatos, APD — The Route of Parmenides, New Haven, Yale, 1979

Nestor, Luis Cordero — Les deux chemins de Parménide, VRIN, Paris, 1984

Trindade Santos, José — Em defesa da Identidade, Euphrosyne, Lisboa, 1986

- I — **GORGÍAS, PLATÃO** em Platão, Oeuvres Complètes, Société d'Éditions "Les Belles Lettres" tome III, 2.^a part, Paris, 1923

Górgias, Platão, Edição Portuguesa, introdução, tradução do grego e notas de Manuel de Oliveira Pulquério, Edições Verbo, Lisboa, 1973

- II — **Horizonte:** Contra a Retórica, na sua aplicação política e moral

Vectores: Ético, Antropológico e Político

- III — **Bibliografia:**

Borges, A. — Retórica e Filosofia em Platão, em "Humanística e Teológica" 3 (1982), 175-193

Cappelletti, A. — Notas sobre la estructura dramática del Górgias de Platon em "Revista Venezuelana de Filosofia" 11 (1979), 137-142

Goldschmidt, V. — Les dialogues de Platon, structure et méthode dialéctique, Paris PUF, 1991

Maire, G. — Platão, Edições 70, Lisboa, 1991

Dies, A. — Autour de Platon, VR1N, Paris, s/d.

Robin, L. — Platon, Paris, PUF, 1968

- I — **FÉDON, PLATÃO** em Platon, Oeuvres Complètes Société d'Éditions "Les Belles Lettres", tome IV, IRC partie, Paris, 1926

Fédon, Platão, Edição Portuguesa, Introdução, versão do grego e notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo, INIC, Lisboa, 1983

- II — **Horizonte:** Esclarecer a natureza da alma com o fim de provar a sua imortalidade.

Vectores: Antropológico, Ético e Metafísico.

- III — **Bibliografia:**

Carvalho, J. — Introdução ao Fédon de Platão, em "Obra Completa", volumes 1/2, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981 (155-211)

Lima Vaz, H. — Nas origens do realismo, teoria das ideias no Fédon de Platão, em "Filosofar Cristiano" 7 (1983) 115-129

Maire, G. — Platão, Edições 70, Lisboa, 1991

Pérez Ruiz, F. — Esperanza de una vida mas alia de la muerte, el problema des Fédon reexaminado, em "Pensamiento" 39 (1983) 3-33

Robin, L. — Platon, Paris PUF, 1968

Santos, J. — Existência e Sabedoria no Fédon, em "Análise" 1/2 (1984) 287-295

I — CATEGORIAS ARISTÓTELES em Aristotelis Opera, Edições Bekker, I - II, Berlim, 1831

Categoriae et Liber de Interpretatione, Edições Minio-Paluello, Oxford, 1949. Tradução portuguesa de Silvestre Pinheiro Ferreira, Guimarães Edição 1982 e de Pinharanda Gomes, em ORGANON, Guimarães, Ed. I-II, 1985.

II — Horizonte: O estudo das categorias ou o estudo dos tipos principais de termos primitivos e das diferentes acepções do ser que eles designam.

Vectores: As categorias — A sua exposição e análise (no âmbito da Lógica, da Ontologia, da Gnoseologia e da Filosofia da Linguagem).

III — Bibliografia:

Fonseca, P. — Instituições dialécticas, Universidade de Coimbra 1964, Livro II, capítulos 8 a 17

Gil, Fernando — Mimesis e Negação, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1984

Kneale, W. e M. — O desenvolvimento da Lógica, Gulbenkian, Lisboa, 1962

Ross, Sir David — Aristóteles, Dom Quixote, Lisboa, 1987

I — DE MAGISTRO em "Aurelii Augustini Opera", Paris II 2, volume XXIX, de "Corpus Christianorum S. Latina" Turnholti, Typographi Brepas Editores Pontificii, 1970, **S. Agostinho**

De Magistro em "Bibliothèque Augustinienne" 6, Paris, Desclée de Drouwer, 1976

O Mestre, tradução de António Soares Pinheiro, em Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval", Braga, Faculdade de Filosofia, 1990 (43-122)

II — Horizonte: A linguagem na sua função designativa, significativa e comunicativa.

Vectores: Integração da temática da Linguagem — analisada nas suas potencialidades e limitações — no âmbito ontológico/gnoseológico e ético.

III — Bibliografia:

Gilson, E. — Introduction à l'étude de St. Augustin, Paris, Vrin, 1982

Madec, G. — Analyse du De Magistro, em "Revue des Études Augustiniennes" XXI (1975), 63-71

Pépin, J. — Saint Augustin et la dialectique, Villanova, Paris, 1976

Todorov, T. — Théories du symbole, Paris, Seuil, 1977

I — PROSLOGION em "Patrologia Latina" CLVIII, 223-249, S. ANSELMO

Proslogion em "L'Oeuvre d'Anselmo de Canterbéry" edição bilingue (Direcção de Michel Corbin), I, Paris, 1986

Proslogion, tradução de António Soares Pinheiro, em "Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval", Braga, Faculdade de Filosofia. 1990 (127-166)

II — Horizonte: A razão e a possibilidade de provar a existência de Deus.

Vectores: Integração da tentativa de provar racionalmente a existência de Deus, afastando argumentos da revelação, na amplitude de uma perspectiva ontológica e gnoseológica, interligando visão e contemplação.

III — Bibliografia:

Barth, Karl — Fides quaerens intellectum. La preuve de l'existence de Dieu, Paris, 1958

Gilson, E. — Sens et Nature de l'argumentation de St. Anselme em "Archives de l'histoire doctrinaire et littéraire du Moyen Age", Paris, 1934

Koyré, A. — L'idée de Dieu dans la Philosophie de St. Anselme em "Archives de l'histoire doctrinaire et littéraire du Moyen Age", Paris, 1934

Moreau, J. — Pour ou contre l'insensé?, Paris, Vrin 1960

Veuillemin, — Le Dieu d'Anselme et les apparences de la raison, Paris, 1971

I — REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, SAO BOAVENTURA

De reductione artium ad theologiam, em "Doctoris Seraphici S. Bonaventurae, Opera Omnia", Edições Quaracchi, tomo V, 1891

Tradução portuguesa, anotações e prefácio de Ilídio de Sousa Ribeiro, Edições Atlântica, Coimbra, 1948

II — Horizonte: Natureza, designação, número, articulação e classificação dos saberes, mencionadamente o de índole filosófica.

Vectores: — A acção cognitiva como expressão ontológica (metafísica da luz).

O conhecimento como essencial manifestação antropológica, repercutindo-se ainda a nível ético.

III — Bibliografia:

S. Boaventura, — Itinerário da Mente para Deus, Introdução, Tradução e Notas de A. S. Pinheiro, Ed. Faculdade de Filosofia de Braga, Braga, 1973

E. Gilson, — La Philosophie de Saint Bonaventure, Ed. J. Vrin, Paris, 1953, 3ª edição

J. G. Bougerol, — Introduction à l'étude de Saint Bonaventure, Ed. Desclée, Paris, 1961

J. C. Gonçalves, — Homem e Mundo em São Boaventura, Editorial Franciscana, Braga, 1970

I — PRINCÍPIOS DE FILOSOFIA (1.ª parte) R. DESCARTES

Principia philosophiae, Amesterdão, 1644

Les Principes de Philosophie, Trad. Picot, Paris, 1647

Reprod. na edição Adam Tannery, T.X.

Tradução portuguesa de Alberto Ferreira, Ed. Guimarães, Lisboa, 1978, 3.ª edição

II — Horizonte: — Características do conhecimento filosófico e acesso a ele.

Vectores: — Âmbito do conhecimento — Do conhecer ao ser — Da existência de Deus — Coordenadas fundamentais da Antropologia.

III — Bibliografia:

R. Descartes, — Meditações Metafísicas, Tradução de António Sérgio, Ed. Imprensa da Universidade, Coimbra 1930

R. Descartes, — Discurso do Método. Tratado das Paixões da Alma, Trad., Prefácio e Notas de Newton de Macedo, Ed. Sé da Costa, Lisboa, 1990

A. Sérgio, — Cartesianismo Ideal e Cartesianismo Real em Seara Nova, 517-520 (1937) 243-247; 285-288; 307-309

F. Alouiê, — A Filosofia de Descartes, trad. M.R. Martins, Editorial Presença, Lisboa, 1980

M. Leyssade, — Descartes, Edições 70, Lisboa, 1986

J. P. Cavailê, — Descartes, La Fable du Monde, Ed. J. Vrin, Paris, 1991

I — **A LETTER ON TOLERATION** (Epistola de Tolerantia), **JOHN LOCKE**,
Edição crítica de R. Klibansky, Oxford, 1968
Tradução portuguesa de J. S. Gama, edições 70, Lisboa, 1987

II — **Horizonte: Tolerância:** olhar atento à diferença.

Vectores: Comunidade política/sociedade religiosa
Liberdade religiosa e política — Consciência moral e conflito de deveres —
Lei natural e Lei positiva — Bem público e privado.

III — **Bibliografia:**

Pereira, Miguel B. — Iluminismo e Secularização, em "Modernidade e Secularização", Coimbra, Almedina, 1990

Guardini, R. — O fim dos tempos modernos, tradução de M. S. Lourenço, Morais Editores, Lisboa, 1964

Rawls, J., — Teoria de la Justicia, Pondo C. E., México, 1978

Popper, Karl e K. Lorenz — O futuro está aberto, Edições Fragmentos, Lisboa, 1990

Habermas, J. — Theorie et Practique, I - II, Paris, Payot, 1975

Ricoeur, P. — Tolerance, Intolerance, Intolerable, em "Lectures" I Paris, Seuil, 1991

Ainda o volume 22 da Enciclopédia Einaudi, IN/CM, o verbete "Política/Tolerância/Intolerância"

I — **DISCURSO DE METAFÍSICA, G.F. LEIBNIZ**
(Obra publicada postumamente em 1846, da qual o Autor deixou um manuscrito sem título)
Tradução portuguesa de J. Amado (a partir da edição francesa, traduzida por H. Lestienne), Colecção Textos Filosóficos, Edições 70, 1985

II — **Horizonte:** Elucidação da relação entre Deus e o Mundo.

Vectores: O percurso discursivo do autor parte da ideia de Deus, Ser absolutamente perfeito e do Mundo, cuja diversidade causal se diferencia da simplicidade e da regularidade do Ser Perfeito, para concluir que este como efeito dessa mesma perfeição, é o melhor dos mundos possíveis. (Muitos serão os vectores passíveis de tratamento, destacando-se as considerações sobre as substanciais singulares e o tema da felicidade, enquanto harmonia perfeita).

III — **Bibliografia:**

Carvalho, J., Leibniz, em Obra Completa, vol. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981

Cassirer, E., Leibniz, em El problema del conocimiento, vol. II, Pondo de Cultura Económica, México, 1986

Deleuze, G., A Dobra — Leibniz e o barroco, Papyrus ed., traduzido L. Orlandi, Lisboa, 1991

Espinosa, B., Tratado da Reforma do Entendimento, col. Textos Filosóficos, edições 70, Lisboa, 1987

Kant, I., Os progressos da Metafísica, col. Textos Filosóficos, edições 70, Lisboa, 1985

Aristote, La Métaphysique, Paris, 1953

- I — FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, Kant —** Grundelung zur Metaphysik der Sitten — in Immanuel Kants Werke, edições A. Buchenau und E. Cassirer, volume IV, Berlim, 1922

Fundamentação da Metafísica dos costumes — Kant, edição portuguesa, tradução de Paulo Quintela, Edições 70, Lisboa, 1989

- II — Horizonte:** Princípios de moralidade ou princípios de uma moral segundo o espírito da Crítica.

Vectores: O facto moral; o dever; a pessoa, dignidade e respeito; liberdade e reino dos fins.

- III — Bibliografia:**

Kramer, Marietti, A. — A Moral, Edições 70, Lisboa, 1990

Jonas, H. — Le Principe Responsabilité, Edições du Cerf, Paris, 1990

Barata Moura, J. — Kant e o conceito de Filosofia, Sam Pedro, 1972

Lacroix, J. — Kant e o Kantismo, Res, Lisboa, 1979

Deleuzs, G. — A Filosofia crítica de Kant, Edições 70, Lisboa, s/d

E ainda, as Revistas: Portuguesa de Filosofia, Braga, tomo XLIV, 1988, fascículo 4; Filosofia da S.P.F., n.º 1, 1985; Filosófica de Coimbra, n.º I, 1992

- I — EINLEITUNG IN DIE GESCHICHTE DER PHILOSOPHIE, — G.W.F. HEGEL,** editado por Hoffmeister — Nicolin, Hamburg, F. Meiner, 3.ª edição, 1959

Introdução à História da Filosofia, tradução portuguesa de António Pinto de Carvalho (preambulo sobre "Hegel e o conceito de História da Filosofia" por Joaquim Carvalho), Coimbra, Amado Editor, 3.ª edição, 1991. (Há tradução de Artur Morão, editada pelas Edições 70, Lisboa, 1991).

- II — Horizonte:** A Filosofia da Ideia segundo Hegel e as relações entre Filosofia e História da Filosofia.

Vectores: A Filosofia, o seu desenvolvimento e o pensamento do tempo histórico.

A problemática metafísica da Ideia Hegeliana.

A problemática lógico-metafísica do universal concreto.

A problemática gnoseológica do começo da filosofia.

A problemática epistemológica da filosofia face aos outros saberes.

III — **Bibliografia:**

Chatelet, Hegel, Edições 70, Lisboa

Labarriere, P.J. e Jarczyk, G. — Hegeliana, Paris, PUF

Hyppolite, J. — Introdução à Filosofia da História de Hegel, Lisboa

Logique et existence — Essai sur logique de Hegel, Paris, PUF, 1962

Jarczyk, G. — Système et liberté dans la logique de Hegel, Paris, Aubier, 1980

Bourgeois, B. — Présentation/Introduction em "Encyclopédie des sciences philosophiques I: La science de la logique, Paris, Vrin, 1970

I — **TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SEC. XIX – ANTERO DE QUENTAL**, Revista de Portugal, volume II, Porto, 1890 (nos 7, 8 e 9)

(Edição crítica: Organização, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos, Editorial Comunicação, 1.ª edição, 1989)

II — **Horizonte:** A problematização da filosofia na 2.ª metade do séc. XIX (... "Definir o espírito dum civilização e torná-lo cõscio de si mesmo é a obra essencial da filosofia...").

Vectores: Metafísico/Epistemológico/Ético.

III — **Bibliografia:**

Carreiro, J.B. — Antero de Quental: subsídios para a sua biografia, 2 volumes, Livraria Moraes, Lisboa, 1948 (edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Braga, 1981)

Carvalho, J. — A evolução espiritual de Antero de Quental em "Obra Completa", Gulbenkian, volume IV, Lisboa

Coimbra, Leonardo — O pensamento filosófico de Antero, em "Obra Completa", Lello & Irmão, volume II, Porto, 1982

Sérgio, António — Notas sobre os Sonetos e as tendências de Antero de Quental, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909

Sérgio, A. — Os dois Anteros, Sé da Costa, Lisboa, 1981

Sérgio, A. — em "Ensaaios", volume IV, Sé da Costa, Lisboa, 1980

I — DIE GEBURT DER TRAGODIE AUS DEM GEIST DER MUSIK, F. NIETZSCHE, 1872

Tradução portuguesa de Álvaro Ribeiro, (A origem da tragédia no espírito da música), Guimarães Editores, 5.^a edição, Lisboa, 1988

II — Horizonte: Contraposição entre o espírito apolíneo e o espírito dionisíaco na cultura grega e, através dela, na cultura ocidental.

Vectores: Estético: arte apolínea e arte dionisíaca.

Ético: decadência e valores.

Antropológico: anúncio do homem novo.

III — Bibliografia:

Assime, A. — L'Opposition de l'Art et de la science chez Nietzsche, Fides, Direito e Humanidades, volume II, 1992

Chatelet, F. — História da Filosofia, volume VI, D. Quixote, Lisboa, 1979

Deleuze, G. — Nietzsche, Edições 70, Lisboa, 1981

Fink, E. — A Filosofia de Nietzsche, Presença, Lisboa, 1983

Granier, J. — Nietzsche, PUF, Paris, 1982

I — UBER GEWISSEHEIT, LUDWIG WITTGENSTEIN

On Certainty, — texto fixado por GEM Anscombe e GH Von Wright, Londres, 1969

Da Certeza, — tradução portuguesa (bilingue) de Maria Elisa Costa, revista por António Fidalgo, edições 70, Biblioteca Filosófica Contemporânea, Lisboa, 1.^a edição, Novembro 1990

(Este texto de Wittgenstein é, pontualmente, uma reflexão que o autor fez à obra do GE Moore, a pedido de Norman Malcolm, deixado em manuscrito e a última parte redigida justamente dois dias antes da sua morte, ocorrida a 29 de Abril de 1951).

II — Horizonte: Linguagem, Comunicação e Argumentação (para o autor, a razão emerge da e na linguagem, e fá-lo em simultâneo).

Vectores: Filosofia da linguagem (392: "Uma dúvida não é necessária, mesmo quando é possível").

Comunicação (115: "O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza").

Teoria da argumentação (233: "Se, de facto, respondo com certeza, o que me dá essa certeza?")

III — Bibliografia:

(Vergílio Ferreira, A Voz do Mar, 1991: Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir)

Pasquinelli, A. — Carnap e o Positivismo Lógico, Edições 70, Lisboa, 1983

Ayer, A. J. — Linguagem, Verdade e Lógica, Editorial Presença, Lisboa, 1991

Gargarini, A. — Wittgenstein, Edições 70, Lisboa, 1988

Wittgenstein, L. — Filosofia em "CRITICA", n.º 6, Lisboa, Maio, 1991

Belo, Fernando — Linguagem e Filosofia, algumas questões para hoje, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987

I — **ÉLOGE LA PHILOSOPHIE — M. MERLEAU PONTY**, Gallimard, 1953
Elogio da Filosofia, tradução portuguesa de Braz Teixeira, Guimarães Editores, 1986

II — **Horizonte**: Natureza, função e essência da Filosofia e do filósofo e, em última instância, de como estas se articulam com a natureza humana.

Vectores: Deus, Ser, Matéria, Linguagem, Verdade, História, Natureza Humana — que são os grandes "temas" que o autor percorre na sua lição, a partir da natureza da filosofia e do filosofar, emitindo considerações críticas sobre o pensamento de grandes autores da filosofia e meditando particularmente com Lavelle, Le Roy e sobretudo Bergson.

III — **Bibliografia**:

Heidsieck, F. — L'Ontologie de Merleau Ponty, PUF, Paris, 1971

Sartre, J.P. — Merleau em "Situações" IV, Europa América, Lisboa, 1972

Bergson, H. — Ensaio sobre os dados imediatos da consciência, Edições 70, Lisboa, 1988

Marcel, G. — A responsabilidade do filósofo no mundo actual, em "Para uma sabedoria trágica", União Gráfica, Lisboa, 1969

I — **THE PROBLEMS OF PHILOSOPHY, — BERTRAND RUSSELL**, Londres, 1912

Os problemas da filosofia, tradução portuguesa de António Sérgio, Arménio Amado, Ed. Colecção Studium, 5.ª edição, Coimbra, 1980

II — **Horizonte**: A Problematização da Filosofia ("A Filosofia, se não pode responder a tantos enigmas como desejaríamos que respondesse, tem o poder, pelo menos, de fazer perguntas e de levantar problemas" — pág. 42).

Vectores: **A Filosofia** como problema / Crítica do conhecimento / Argumentação / Verdade / O problema dos Universais.

III — **Bibliografia**:

Ayer, A. J. — O problema do conhecimento, Ed. Ulisseia, Pelicano, Lisboa, s/d

Sérgio, António — Ensaio Volumes I e V

Perelman, Ch. — O Império Retórico, ASA, Lisboa, 1992

Mayer, M. — A Problematologia, D. Quixote, Lisboa, 1991

Carrilho, M. M^a — Verdade, Suspeita e Argumentação, Editorial Presença, 1990

I — PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA, — JOAQUIM DE CARVALHO, em Obra Completa, Vol. V, Gulbenkian, Lisboa, 1987

(O primeiro texto é publicado originalmente em "XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências", tomo VII, Imprensa Portuguesa, Porto, 1951: o segundo texto é publicado originalmente na "Revista Filosófica" ano II, n.º 4, Coimbra, Abril de 1952).

II — Horizonte: Ambos os textos interligados no delinear de uma problemática em torno do tema da Saudade como objecto de reflexão.

Vectores: No 1.º texto — histórico-sociológico, correspondência (ou não) da peculiaridade do idiomatismo do fonema, com a expressão de um estado psíquico, de uma ideia ou de atitude mental também peculiares (luso-galaicos).

Metodológico-histórico/ontológico/metafísico.

No 2.º texto — descrição fenomenológica da consciência saudosa, especificidade e conteúdo da saudade.

III — Bibliografia:

Botelho, A. e Braz teixeira, A. — Filosofia da Saudade, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, 1986

Figueiredo, F. — Psicanálise da Saudade, Cadernos O Jornal, Lisboa, 1991

Locke, J. — An Essay concerning human understanding, Yolyon, Londres, s/d

Legros, R. — L'idée d'humanité, Grasset, Ed. Paris, 1990

I — INTERPRETATION THEORY. DISCOURSE AND THE SUROLUS OF MEANING — PAUL RICOEUR, Texas University Press, 1976

Teria da Interpretação. O Discurso e o Excesso da Significação, tradução portuguesa de Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 1987

II — Horizonte: Hermenêutica da Linguagem.

Vectores: O discurso como acto de linguagem e sua referência.
A fala e a escrita / A metáfora e o símbolo / Explicação e compreensão.

III — Bibliografia:

Sumares, M.J. — O sujeito e a cultura na filosofia de P. Ricoeur, Braga, Eros, 1987

Renaud, M. — Fenomenologia e Hermenêutica, o projecto filosófico de P. Ricoeur em "Revista Portuguesa de Filosofia", 46, 1985

Outras Revistas:

Revista Portuguesa de Filosofia, 46, 1990;

Esprit 140-141, 1988;

Études phenomenologiques, 11, 1990

6. ORGANIZAÇÃO LECTIVA

6.1. Utilização das obras-texto

O programa impõe, em 4.3., o uso de três obras, pertencentes a épocas diferentes, sem indicar a ordem da sua utilização. Compete ao professor, de acordo com as razões pedagógico-didácticas da sua escolha, estabelecer a ordem por que serão estudadas.

O facto de serem três as obras a estudar em cada ano não implica vinculação aos três períodos lectivos. O professor distribuirá o tempo lectivo anual de acordo com o necessário para cada uma das obras, independentemente dos períodos.

O professor não deverá encetar a leitura integral da obra sem se certificar de que os alunos possuem e dominam no essencial as técnicas de leitura e de interpretação, a um nível que dê garantia de sucesso no ensino / aprendizagem. O professor utilizará os meios adequados a suprir as lacunas verificadas, nomeadamente através de algumas lições ou pequenos cursos.

6.2. Planificação

A novidade do método adoptado, a dificuldade inerente à natureza do objectivo final, o curto espaço de tempo para o atingir através do ensino-aprendizagem, a importância e amplitude a dar à participação activa dos alunos — são factores que requerem uma prévia e cuidadosa planificação.

Esta planificação há-de compreender, em primeiro lugar, a planificação global que abrange o estudo das três obras, ordenando-as numa sequência pedagógica e didacticamente adequada à obtenção do objectivo final e atribuindo a cada uma o tempo conveniente nos limites do ano lectivo.

Em segundo lugar, há que planificar também o estudo de cada obra, elaborando o projecto lectivo e metodológico, programando as actividades do ensino-aprendizagem e distribuindo por elas a carga horária disponível.

Esta planificação, no seu conjunto e em cada uma das duas instâncias, deve traçar a estratégia pedagógica e didáctica que dê eficácia à aplicação dos princípios do programa.

6.3. Bibliografia

As fichas apresentadas em 5. oferecem apenas uma breve identificação de cada obra, seu horizonte e vectores para a sua utilização como texto e registam uma curta bibliografia de apoio à acção docente do professor e ao estudo dos alunos. Daí que a organização de uma bibliografia adequada ao programa, e a sua disponibilização nas escolas são tarefas prioritárias em ordem ao sucesso desta nova experiência do ensino-aprendizagem de Filosofia do 12.º ano.

Devido à inexistência de uma correcta tradução portuguesa, não foram inclinadas as fichas de leitura referentes às obras dos autores, a seguir indicadas:

- **O Ser e a Essência, de S. Tomás de Aquino;**
- **Crise da Cultura Ocidental, de Husserl;**
- **Da Essência da Verdade, de Heidegger.**

Segue-se, também, como anexo, uma bibliografia didáctica, especifica do texto filosófico.

BIBLIOGRAFIA DIDÁCTICA

Barbosa, B.R. — Linguagem e hermenêutica, in Pedagogia e Didáctica II (A favor da Filosofia), Coimbra, 1988

Campomanes, C.T. — Didáctica de la Filosofía, ed. S.M. Madrid, 1984

Carrilho, M.M. — Razão e transmissão da filosofia, ed. IN/CM, Lisboa, 1987

Chatelet, F. — A questão da História da Filosofia, hoje in Políticas da Filosofia, ed. Moraes Ed., Lisboa, 1977

Cordon, J.M. e Martinez, T.C. — Textos filosóficos — Antología, Introduccion, II, Ed. Anaya, Madrid, 1982

Duquesne, B. — Remarques sur l'initiation au commentaire de texte, in Revue de l'enseignement philosophique, 34/4, 1984

Fischer, B. — La lecture en classe de philosophie, in Revue de l'enseignement philosophique, 44/1, 1990

Galay, J.L. — Philosophie et invention textuelle, Ed. Klinesksieck, Paris, 1977

Gicquel, B. — L'explication des textes et la dissertation, Ed. PUF, col. Que sais - je?

Izuzquiza, I. — La clase de Filosofía como simulacion de la actividad filosofica, Ed. Anaya, col. Técnicas Didácticas, Madrid, 1984

Landazuri, C.O. e Burriel, J.A. — Como se comenta um texto filosófico — curso de orientacion universitaria, Ed. Magisterio Espanol SA, Madrid, 1980

Lassen, M.B. — Reflexion sur l'approche des textes dans l'enseignement philosophique, in La philosophie, Ed. Les Amis de Sèvres, n.º 4, 1979

Magalhães, R. — Textos de hermenêutica, Ed. Rés-Editora, Porto, 1984

Nicolas, S. — Pour comprendre la Philosophie, Ed. Les Editions du Cerf, Paris, 1986

Ortiz - Osés, A. — Antropologia hermenêutica, Ed. Eros, Braga, 1983

Poirier, J.L. — La leçon de Philosophie, in Revue de l'enseignement philosophique, 28/1, 1977